

**DELIBERAÇÃO/CSPC/SEJUSP/MS/Nº 16/2021**

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL - CSPC**, reunido em sessão ordinária virtual, no dia 08 de abril de 2021, no uso de suas atribuições legais estampadas na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, e Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, analisou e deliberou sobre a seguinte matéria:

| Processo nº   | Assunto                      | Interessado                           | Relator              | Relatório e voto |
|---------------|------------------------------|---------------------------------------|----------------------|------------------|
| 31/014.890/21 | Retificação tempo de serviço | Wellington Clayton da Silva EPJ 1ª CL | CPA/Agente Pol. Jud. | Fls. 15/16       |

**DO RELATÓRIO:** lido, em conformidade com o artigo 9º do Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, e gravado em mídia digital.

**DO VOTO:** "O servidor foi nomeado para integrar a Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul em 01/10/2009, no cargo de Escrivão de Polícia Substituto e em virtude da especificidade daquele concurso, foi promovido à 3ª Classe a contar de 08 de outubro de 2012. No ano de 2014 o requerente foi promovido à 2ª Classe, com promoção a contar de 1º de dezembro de 2014. Já no ano de 2016, conforme contagem de tempo de serviço publicado no DOE/MS nº 9.203, de 12/07/2016, seguindo o que era determinado na legislação vigente à época, até 31 de maio de 2016 a requerente contava apenas com 548 dias na 2ª Classe. Art. 91. A promoção nas carreiras da Polícia Civil consiste na movimentação para a classe imediatamente superior, dentro do respectivo cargo, alternadamente, pelos critérios de antiguidade ou de merecimento. (redação dada pela Lei Complementar nº 202, de 28 de setembro de 2015) ... § 5º As promoções serão feitas até 1º de setembro de cada ano, dentro das regras legais estabelecidas e corresponderão às condições existentes até 31 de maio do corrente ano. (acrescentado pela Lei Complementar nº 193, de 12 de junho de 2014) (entra em vigor no exercício de 2015, art. 5º da LC 193, de 2014). (destaque nosso) Uma vez que o requerente não apresentava os requisitos exigidos para a promoção no ano de 2016, sua promoção se deu no ano seguinte, ou seja, com efeito a contar de 01 de setembro de 2017, conforme consta no quadro ilustrativo apresentado pelo próprio servidor, sendo que época da referida promoção nunca foi questionada pelo requerente. Apesar da alegação do requerente de que em 20/11/2016 já possuía o tempo necessário para que fosse promovido a 1ª Classe, a legislação vigente à época é clara com ralação a promover apenas os servidores que apresentassem todas as condições para promoção, até o dia 31 de maio do ano corrente da promoção, como se vê acima, ademais apesar da publicação das promoções ter ocorrido apenas no mês de Dezembro de 2016, a validade deu-se a contar de 1º de Setembro daquele ano, data em que o requerente ainda não contava nem mesmo com os 730 dias exigidos para a promoção à época. Não há que se falar portanto, em inobservância da regra de transição, pois mesmo que fosse contado todo o ano de 2017, ano em que a requerente foi promovida, e também os anos inteiros de 2018 e 2019, o requerente contaria com 1095, total de tempo bem inferior ao exigido para a promoção do ano de 2019. Insta salientar que as promoções funcionas referente ao ano de 2018, só foram publicadas em setembro no ano de 2019, porém com todos os efeitos a contar de 1º de setembro de 2018, ou seja, contemplou os servidores que cumpriram todos os requisitos até a data de 31 de maio de 2018. Ante o exposto, considera-se que as datas promocionais do requerente foram instituídas corretamente, dentro dos prazos e legislação vigente à época das promoções, **VOTO PELO INDEFERIMENTO** do requerimento Retificação do Tempo de Serviço para fins de Promoção Funcional do Escrivão de Polícia Judiciária de 1ª Casse, WELLINGTON CLAYTON DA SILVA".

**DECISÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima, deliberou o Conselho Superior, em votação, por unanimidade, acolhendo o voto da comissão, pelo **INDEFERIMENTO** do pedido.

Campo Grande, 08 de abril de 2021.

**Adriano Garcia Geraldo**  
Delegado de Polícia  
Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil

**DELIBERAÇÃO/CSPC/SEJUSP/MS/Nº 17/2021**

O **CONSELHO SUPERIOR DA POLÍCIA CIVIL - CSPC**, reunido em sessão ordinária virtual, no dia 08 de abril de 2021, no uso de suas atribuições legais estampadas na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, e Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, analisou e deliberou sobre a seguinte matéria:

| Processo nº   | Assunto           | Interessado                             | Relator                     | Relatório e voto |
|---------------|-------------------|-----------------------------------------|-----------------------------|------------------|
| 31/021.091/21 | Remoção ex ofício | Larissa Franco Serpa e outros Del 3ª Cl | Rodrigo Guiraldelli Yassaka | Fls. 19/21       |

**DO RELATÓRIO:** lido, em conformidade com o artigo 9º do Decreto nº 15.310, de 18 de novembro de 2019, e gravado em mídia digital.



**DO VOTO:** "Restou devidamente demonstrado que as Delegadas de Polícia Dra. Larissa Franco Serpa, Dra. Glauca Fernanda Valério e Dra. Patrícia Peixoto Abranches possuem capacidade laborativa acima da média, bem como o perfil profissiográfico das mesmas atende perfeitamente a demanda reprimida das unidades policiais. Isto posto, meu voto é favorável à remoção ex-officio, nos termos do art.81, inciso I e art. 84, parágrafo único da Lei Complementar nº 114/05".

**DECISÃO:** Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima, deliberou o Conselho Superior, em votação, por maioria, acolhendo o voto do relator, pelo DEFERIMENTO das remoções.

Campo Grande, 08 de abril de 2021.

**Adriano Garcia Geraldo**  
**Delegado de Polícia**  
**Presidente do Conselho Superior da Polícia Civil**

#### **APOSTILA DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA DE MATO GROSSO DO SUL**

Nas Portarias "P" DGPC/MS nºs 192 e 193, de 16 de março de 2021, publicadas no Diário Oficial Eletrônico n. 10.441, de 17 de março de 2021, páginas 132 e 133, foi feita a seguinte apostila:

**ONDE CONSTA:** "... matrícula nº 474650023..."

**PASSE A CONSTAR:** "... matrícula nº 40040024..."

Campo Grande, MS, 08 de abril de 2021.

**ADRIANO GARCIA GERALDO**  
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

#### **APOSTILA DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA DE MATO GROSSO DO SUL**

Nas Portarias "P" DGPC/MS nºs 194,195 e 196, de 16 de março de 2021, publicadas no Diário Oficial Eletrônico n. 10.441, de 17 de março de 2021, página 133, foi feita a seguinte apostila:

**ONDE CONSTA:** "... matrícula nº 474650023..."

**PASSE A CONSTAR:** "... matrícula nº 70495025..."

Campo Grande, MS, 08 de abril de 2021.

**ADRIANO GARCIA GERALDO**  
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

**Republica-se por ter constado com incorreção no original publicado no Diário Oficial Eletrônico nº 10.467, de 07 de abril de 2021.**

#### **PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 244, DE 06 DE ABRIL DE 2021.**

**O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar **EVANDRO LUIZ BANHETI CORREDATO**, Delegado de Polícia, Classe Especial, matrícula nº 110553022, para responder, sem prejuízo de suas funções habituais, nos termos do artigo 13, incisos IX e X e c/c o artigo 127, inciso IV da Lei Complementar nº 114/05, pelo expediente do Departamento de Recursos e Apoio Policial/MS, no período de 04 a 30 de abril de 2021, em razão de gozo de férias de Jairo Carlos Mendes.

Campo Grande, MS, 06 de abril de 2021.

**ADRIANO GARCIA GERALDO**  
DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL

#### **PORTARIA "P" DGPC/MS Nº 249, DE 08 DE ABRIL DE 2021.**

**O DELEGADO-GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL,** no uso de suas atribuições legais;

Considerando o parecer contido na Deliberação do Conselho Superior da Polícia Civil/MS nº